

A educação de mulheres e o imaginário contemporâneo

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani¹

Resumo: O texto aponta resultados de pesquisa que prescuro alguns dos (muitos) discursos de ódio publicizados atualmente pelas redes sociais, apontando representações coetâneas acerca da educação feminina. O texto foi aportado em uma metodologia analítico-reconstrutiva, estruturada pela descrição e ilustração de formas atuais de imaginário em relação a mulher, capturadas de reportagens que mencionam a educação feminina nos tempos atuais. Para tanto, foi constituído um corpus empírico de 12 (doze) reportagens publicadas entre 2017 e 2021, com destaque para os comentários do leitor produzidos para cada uma das reportagens. O texto pauta-se por uma orientação teórica crítica, em diálogo com autores que discutem o imaginário, como Castoriadis (2010); Chartier (1990, 2002) e Cassirer (2001). Dos achados da pesquisa, destacamos a representação de manifestações de ódio específicas à educação feminina, desnudando compreensões e imaginários acerca da mulher, dos seus direitos e dos processos de educação a ela destinados a partir de dois aspectos pronunciados: a) o espaço doméstico como espaço feminino e b) a mulher e o direito a verdade. Concluímos pela presença, ainda que condensada aos limites metodológicos do presente texto, de elementos do imaginário ou das representações acerca da educação de mulheres no mundo contemporâneo que, de fato, assinalam discursos de ódio contra a mulher, os seus direitos e os processos de educação a ela destinados.

Palavras-chave: Educação de mulheres; Discursos de ódio; Imaginário.

As palavras me antecedem e me ultrapassam, elas me tentam e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito. Ou pelo menos não era apenas isso. Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar (LISPECTOR, 1999, p. 12).

O texto aproveita-se da epígrafe de Clarice Lispector (1920-1977) e concede às palavras o papel principal nos argumentos tratados sequencialmente: as palavras expressas, ou as palavras como expressão de sentimentos e percepções intrínsecos ao sujeito que as expressa.

Conduzido por um tom crítico, diante de cenários contemporâneos, iniciamos por contextualizar nossa premissa de investigação. Ao acompanharmos o noticiário atual, é relativamente frequente nos depararmos com relatos que separam ao feminino um papel de ‘notícia’, seja para destacar situações como a violência de gênero, a desigualdade de oportunidades e a discussão acerca dos limites do direito da mulher ao seu próprio corpo.

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: ro.serena@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6918-2899>.

Debates contemporâneos sobre a consecução do direito ao aborto legal; reiterados casos de assédio ou a constante culpabilização da mulher em casos de estupro, parecem encerrar em si uma lógica de usurpação dos direitos femininos, discutidos em esferas religiosas, legais, morais, estéticas, médicas, mas, geralmente, em espaços onde estão ausentes as vozes da própria mulher.

Por outro lado, ao separar comentários públicos em notícias como as anteriormente referidas, é comum nos depararmos com acintosos discursos de ódio, que evidenciam imaginários acerca da mulher muito distantes de premissas básicas de respeito ou urbanidade esperadas para a vida em sociedade. Expressões de afronta, escárnio, deboche, ameaças ou desconsideração evidenciam discursos que afetam não apenas quem os recebe, mas a própria organização da sociedade.

Há temas nos quais se direcionam às mulheres um teor mais agudo de discursos de ódio, como a legalização do aborto. Todavia, causa realmente espanto quando temas que parecem ser pautas consensuais – como o direito à saúde e à educação – passam também a serem objetos dos discursos de ódio. Como explicar que reportagens que mencionam a igualdade de gênero e o direito à educação ou o acesso feminino à escola possam receber comentários carregados de expressões de rancor e aversão?

Para problematizar tal constatação e vinculando a pesquisa prioritariamente à área da educação, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, assentada na análise de comentários *online* produzidos a partir de notícias e reportagens que versam sobre aspectos da educação feminina coetânea. Para tanto, partimos, inicialmente, da compreensão de que todo aquele que se dispõe a escrever um comentário *online* sobre determinado assunto, carrega consigo representações, simbolismos e imaginários que o encharcam e o conduzem em suas posições acerca do tema.

Disto, destacamos a representação de manifestações de ódio específicas à educação feminina, desnudando compreensões e imaginários acerca da mulher, dos seus direitos e dos processos de educação a ela destinados, ressaltando que...

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos (CASTORIADIS, 2010, p. 13).

Ou seja, um comentador, ao tecer comentários acerca da educação de mulheres na contemporaneidade, não estaria apenas carregado de elementos empíricos ou experiências concretas, mas, sobretudo, de figuras, formas, imagens que constituem e legitimam suas compreensões sobre o real. De outra forma...

o homem não vive em um mundo de fatos nus e crus, ou segundo suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes em meio a emoções imaginárias, em esperanças e temores, ilusões e decepções, em suas fantasias e sonhos. [...] em vez de definir o homem como um animal *rationale*, deveríamos defini-lo como animal *symbolicum* (CASSIRER, 2001, p. 50).

Para construção dos argumentos, o texto foi aportado em uma metodologia analítico-reconstrutiva estruturada a partir da revisão bibliográfica emoldurada pela descrição e ilustração de formas atuais de imaginário em relação à mulher, capturadas de reportagens contemporâneas que mencionam a formação de mulheres nos tempos atuais. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de foco qualitativo, do tipo *ex post facto*, empregando dados transversais, sendo que a seleção da amostra foi não probabilística, configurando-se em uma amostra por conveniência.

Assim, o texto, pautado por uma orientação teórica crítica, em diálogo com autores que discutem o imaginário, como Castoriadis (2010); Chartier (1990, 2002) e Cassirer (2001), traz comentários a um conjunto de reportagens atuais que também mencionam a educação de mulheres, donde são retirados elementos para estruturar ilustrativamente concepções e imaginários acerca do assunto produzidos na atualidade.

O texto assume, ainda, a compreensão de imaginário como um “fenômeno coletivo, social e histórico” que perscruta os caminhos da “consciência e [da] evolução histórica” de uma sociedade (LE GOFF, 1994, p. 16-17).

Pela natureza e limites teóricos e metodológicos do texto, as contribuições do mesmo apontam para três horizontes: um primeiro consubstanciado pelo recorte temático vinculando a educação da mulher no mundo atual; o segundo horizonte forjado pela didatização dos achados, organizados de forma linear, mas procurando manter a criticidade inerente à produção científica. Por fim, o terceiro horizonte repousa na necessária denúncia a imaginários misóginos e que colidem com avanços civilizatórios importantes, como justamente a educação de mulheres.

Acerca dos procedimentos metodológicos e do corpus de análise

A presente seção é dedicada a explicitar os procedimentos adotados para o reconhecimento e recorte – para fins de análise e ilustração – das manifestações de ódio específicas a educação feminina, desnudando compreensões e imaginários acerca da mulher, dos seus direitos e dos processos de educação a ela destinados.

Dentro da explicitação metodologia, é pertinente inferir que as reportagens ou notícias não foram analisadas em seu conteúdo ou mérito. Na verdade, tais reportagens e notícias serviram de pretexto para o acesso aos comentários elaborados e publicizados por internautas a respeito dos temas veiculados.

Os *sites* de variedades têm a praxe relativamente comum de fornecer aos seus leitores espaços de interação, formatados a partir da possibilidade de encaminhar produtos midiáticos por *e-mail*; recomendar a leitura a terceiros; adicionar e citar tais produtos em mídias sociais, ou ainda elaborar e veicular comentários acerca dos assuntos atinentes ao produto midiático, através do espaço para tal ação.

Esses comentários, assim como o produto midiático ao qual eles versam, ficam disponíveis *online* e podem ser acessados em uma busca simples na internet. Em geral, esses comentários passam por um filtro de moderação e são cercados por políticas ou regras de uso, o que não impede que materializem tendências ou mostrem olhares de senso comum sobre os temas aos quais se dedicam a comentar.

Nestes comentários e sob o manto do anonimato ou da máscara de nomes fictícios, todas as palavras são flechas inimputáveis aos seus autores. Tal impunidade, se não admite uma leitura estatística do fenômeno, permite que seja vislumbrada uma tendência em relação ao tema, uma vez que os comentários refletem opiniões pessoais sobre o mesmo.

A ideia da exposição livre do pensamento, sem regras ou réplicas, torna o espaço dos comentários extremamente paradoxal: por um lado é um espaço democrático, de fato; por outro lado, admite manifestações de senso comum que podem formar opinião ou desnudar formas de representação, na medida em que sejam reiteradas e/ou constantes, ou mesmo que possuam (algum) poder argumentativo.

Para constituição do corpus documental, inicialmente, foi considerado o eixo principal de atenção: educação de mulheres. Na sequência, foram selecionadas notícias e reportagens em periódicos de circulação nacional não-especializados, versando sobre o tema, em um

recorte temporal de 05 (cinco) anos, ou de 2017 a 2021. Também, foi considerado que focar no conteúdo das reportagens não seria indicado para chegarmos a concepções produzidas pelo imaginário, uma vez que a opinião especializada de repórteres e convidados seria suficientemente técnica e não seria capaz de revelar as minúcias do imaginário. Para capturar essas minúcias, optamos por utilizar o exame da seção ‘comentários do leitor’, ou as opiniões e reações anônimas em relação as reportagens publicadas.

A seção ‘comentários’ é relevante para a compreensão de como sujeitos representam seus imaginários acerca de um assunto, sobretudo quando ‘escondidos’ por pseudônimos ou acobertados pela distância de telas de computador, legitimados e ‘protegidos’ para manifestar suas mais profundas ‘verdades’ e representações acerca do assunto abordado.

Assim, das reportagens e notícias encontradas foram descartadas: a) as que fugiam a delimitação temporal; b) as publicadas em periódicos especializados e, c) as reportagens e notícias que não dispunham da seção ‘comentários’ ou que não havia comentário sobre a reportagem. O conteúdo dos produtos midiáticos sobre os quais se produziram comentários é apenas de caráter ilustrativo, pois o que interessa precipuamente ao objetivo proposto são as percepções do imaginário social demonstradas nos comentários postados, reproduzindo algumas concepções atuais acerca da educação de mulheres.

Do levantamento realizado chegamos a um conjunto de 12 (doze) produtos midiáticos (reportagens e notícias) que se enquadravam em todos os delimitadores estipulados: acesso aberto; seção de comentários; tema central ou periférico associado a educação de mulheres e o recorte temporal de 2017 a 2021, como descritos no Quadro 1.

Produto	Ano referido	Tema	Comentários gerais	Comentários com perfis masculinos
01	2017	Desigualdade de gênero especificamente no acesso à educação	23	21
02	2018a	Desigualdade de gênero (incluindo acesso à educação)	10	10
03	2018b	Desigualdade de gênero especificamente no acesso à educação	12	11
04	2019a	Abandono escolar feminino	08	06
05	2019b	Desigualdade de gênero especificamente no acesso à	11	11

		educação		
06	2019c	Desigualdade de gênero (incluindo acesso à educação)	24	22
07	2019d	Desigualdade de gênero especificamente no acesso à educação	09	08
08	2020a	Legislações sobre direitos da mulher (incluindo o direito a educação)	30	26
09	2020b	Legislações sobre direitos da mulher (incluindo o direito a educação)	27	25
10	2021a	Igualdade de gênero (incluindo o direito a educação) e o fim da violência doméstica	03	02
11	2021b	Posição do Brasil em relação a desigualdade de gênero (incluindo o acesso à educação)	04	04
12	2021c	Educação feminina no Afeganistão	07	06
		TOTAL	168	152

Quadro 1 Produtos midiáticos sobre a Educação de Mulheres publicadas entre 2017-2021. Fonte: Organização autoral (2021).

Chama a atenção o fato que não há nenhum comentário em *sites* de ONGs, fundações, sindicatos ou órgãos da administração direta ou indireta. Tal ausência permite duas inferências: ou os eventuais comentaristas não são leitores de páginas com características técnicas e especializadas, ou não se sentem à vontade para destilar suas opiniões em espaços politicamente engajados.

Ainda, é interessante observar que a maioria dos comentários masculinos, quando buscam a ‘causa’ para o feminismo, a igualdade de gênero ou mesmo a reivindicação de educação por parte das mulheres, atribui a ‘culpa’ a vertentes progressistas de pensamento, usualmente reconhecidas e condensadas, por tais interlocutores, em uma qualificação: ‘a esquerda’.

Para fins de ilustração, os excertos dos comentários foram calhados de modo a favorecer a narrativa, mas, eticamente, impedir qualquer vinculação ou reconhecimento de seus autores. Assim, cada excerto referido no texto é identificado pelo ano de publicação do artigo – referenciado de maneira diversa quando mais de uma reportagem no mesmo ano -, sucedido pelo número correspondente a posição do comentário na seção ‘comentários’.

Portanto, nenhum autor será identificado pois, o que nos interessa é a tendência do imaginário e não o eventual julgamento dos sujeitos.

Sobre as reportagens, há duas conclusões de forma que ficam evidentes em um primeiro olhar. De um lado, a escassez de reportagens sobre o recorte específico da educação de mulheres. De outro, o surpreendente e curioso dado que a imensa maioria dos comentários sobre a educação de mulheres é realizada por perfis masculinos. Dos 168 comentários públicos em reportagens sobre a educação de mulheres, 152 comentários foram realizados por comentaristas identificados com perfis masculinos.

Aparentemente, os homens teriam muito a dizer sobre a educação de mulheres. Todavia, antes de apoios tempestivos ou sugestões para mitigar eventuais desigualdades ou mazelas, os comentários efetuados por perfis masculinos são, em geral, carregados de estereótipos e minimização do debate. Um *show* de discursos de ódio. Alguns tentam tornar o debate sobre a educação de mulheres um debate menor, adjetivando a discussão de ‘mi-mi-mi’ ou ‘blá, blá, blá’. Outros, ainda, tentam retirar a legitimidade do debate, ora contrapondo-o com argumentos advindos de suas experiências empíricas válidas, porém limitadas, ora chamando de mentira os dados apontados nas reportagens.

Os imaginários contemporâneos: o ódio explícito à educação de mulheres

Atordoarmo-nos, diante de determinados posicionamentos, é compreensível, quando os mesmos são exarados dentro de um quadro de imaginário social ao qual não participamos ou versando sobre temas em torno dos quais sustentamos compreensões diversas, uma vez que...

O “real” da natureza não pode ser captado fora de um quadro conceitual, de princípios de organização do dado sensível, e estes nunca são – mesmo em nossa sociedade – simplesmente equivalentes, sem excessos, sem faltas, ao quadro de categorias construído pelos lógicos (aliás eternamente retocado). Quanto ao “real” do mundo humano, não é somente enquanto objeto possível de conhecimento, é d maneira imanente, no seu ser em si e para si, que ele é categorizado pela estruturação social e imaginário que este significa; relações entre indivíduos e grupos, comportamento, motivações, não são somente incompreensíveis para nós, são impossíveis em si mesmos fora deste imaginário. (CASTORIADIS, 2010, p. 193).

Jacques Le Goff compreende que o imaginário “pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora não, simplesmente, transposta em imagem do espírito mas criadora, da poética no sentido etimológico da palavra” (LE GOFF, 1994, p. 12). Imaginário é, pois, o que representamos e assumimos intencionalmente como aspecto de uma posição, interpretação ou ideia. Não reproduzimos apenas a representação de outrem, mas, criamos nossas próprias métricas sobre um assunto ou condição.

Ilustrativamente, expressando sua opinião sobre a desigualdade de gênero no acesso à educação, um comentador identificado com perfil masculino afirma que: “a mulher é a rainha do lar. É ela que cuida dos filhos, do fogão, da máquina de lavar e de varrer a casa sem igual. Nós [possivelmente os homens] a amamos” (05, 2017). Outro perfil masculino comenta que é preciso ser licencioso, condescendente com as mulheres em determinados momentos, e afirma: “ok, hoje é o dia das mulheres e por isto temos que dar uma *certa* atenção a elas” (01, 2019b, grifo nosso).

De acordo com Castoriadis (2010), o imaginário não é um reflexo de algo, uma imagem ‘de’, mas uma construção autônoma, uma representação que se sustenta em sua própria existência. Segundo o autor, o imaginário “é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’” são seus produtos. (CASTORIADIS, 2010, p. 13).

Assim, chegamos ao primeiro aspecto mais pronunciado nos excertos e comentários: o espaço doméstico como espaço feminino. A vinculação explícita entre o espaço doméstico e a figura da mulher, em detrimento mesmo aos seus direitos mais básicos ou equânimes em relação aos homens, no caso à educação, é assim expresso por um usuário: “ninguém, que eu saiba, é obrigado a ‘trabalhar’ em casa, ninguém é obrigado a fazer o que não quer” (09, 2018a). Percebemos aqui o uso da ironia para desconsiderar a denúncia feminina da dupla jornada, que seria um obstáculo para a continuidade dos estudos para muitas mulheres.

Na discussão acerca do direito à educação convertido em leis e tratados internacionais, um comentador informa que “a maioria do povo brasileiro é conservadora e não vai aceitar a agenda contra a família” (19, 2020a), numa clara referência a uma possível linde entre o direito à educação em contraposição à família.

Já, nas discussões acerca da temática gênero na escola – que traz, tangencialmente, a discussão da educação e a desigualdade de gênero -, um usuário manifesta que “a Escola tem

que se empenhar em ensinar matérias básicas (CULTURA) ao invés de criar minhocas nas cabeças dos alunos com a finalidade de destruir as FAMÍLIAS” (02, 2019a, mantido o *caps lock* original).

Ainda que a observação do comentador pareça anacrônica, é lícito entender que o simbólico joga o sujeito em operações associadas a um universo constituído por linguagem, símbolos, compreensões, representações, carregado das mais distintas ordens e que, episodicamente, diferem de sujeito para sujeito, de acordo com os processos idiossincráticos de tecitura desse simbólico...

[...] Comparado a outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla; vive, pode-se dizer, em uma nova dimensão de realidade. [...] Não estamos mais num universo meramente físico, o homem vive num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece (CASSIRER, 2001, p. 48).

Em uma das mais duras manifestações sobre a desigualdade de gênero no acesso à educação, um dos usuários comenta que: “foi educar estas trastes [sic] e deixar votar que o mundo está acabando!” (09, 2017). O comentário – talvez desprezível sob alguns pontos de vista – é absolutamente compreensível no campo do imaginário, sobretudo quando nos deparamos com um comentário de um perfil identificado com nome feminino (e se auto identificando como mulher) em uma reportagem sobre leis que promovam a igualdade de gênero (incluindo o acesso à educação) e o fim da violência doméstica, em 2021: “A lei atual é bem idiota e vai ferrar com muita relação, casamento. Como mulher, isso nada me representa. Bom... logo mais veremos os efeitos colaterais disto” (01, 2021a). Aparentemente, a comentadora considera que é mais importante garantir um casamento do que garantir a igualdade de gênero e a educação.

Recorrendo a Castoriadis, é possível entender os dois comentários dentro de uma rede de representação simbólica em que...

Tudo o que nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais

nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica (CASTORIADIS, 2010, p. 142).

Dentre as questões de gênero e associação ao espaço doméstico, está a utilização do corpo como elemento de diferenciação, misoginia e poder. No Brasil contemporâneo, o corpo feminino, quando não dócil, docilizado e, portanto, domesticável, é ridicularizado e transformado em objeto de humilhação e intimidação. Um comentarista afirma, em relação às mulheres que reivindicam por igualdade de gênero no acesso à educação, que: “só tenho a dizer que as feministas do Brasil são as mais feias do mundo” (18, 2017). O corpo não domesticado e mantido sob o crivo do lar e do casamento, ao que parece nas leituras do imaginário contemporâneo, é perigoso e, como forma de reação a este suposto perigo, é um corpo ‘digno’ de escárnio.

Nos limites do recorte estabelecido pela presente pesquisa, aparentemente, a ojeriza ao sexo como preocupação da educação de mulheres é reverberado em toda quantidade de ataques a qualquer currículo escolar que enfrente questões de gênero com a seriedade constitutiva e científica que o assunto merece.

O segundo aspecto do imaginário mais pronunciado nos comentários que compõem o corpus de análise, diz respeito à mulher e o direito a verdade, ou a legitimidade atribuída à fala da mulher, aos seus posicionamentos e, conseqüentemente, as suas interpretações. O quanto de ‘verdade’ carrega o lugar de fala feminina. Diz um comentarista, em relação a uma reportagem produzida por uma jornalista em relação às desigualdades de gênero: “devo salientar que muitas das informações contidas no seu texto são errados [sic], infundadas ou, simplesmente, coniventes a uma visão” (01, 2019d) em uma patente tentativa de deslegitimar a fala feminina, mesmo quando sustentada por pesquisas científicas, ou ainda de fazer com que a narrativa feminina seja colocada em permanente suspeição, mesmo que embasada em dados: “esses tipo [sic] de dados nunca vi serem divulgados anteriormente” (24, 2019c, um homem ao questionar uma reportagem escrita por uma mulher...).

Em outra reportagem produzida por uma mulher, os comentários de um usuário com perfil masculino levantam a suspeição sobre a veracidade do que é dito, coloca em suspeição a palavra feminina. Escreve o usuário: “Incrivelmente ridículo esta [sic] reportagem mentirosa. Pega mal mentir tanto assim” (10, 2018b). Ou ainda um outro usuário em condições similares (reportagem sobre a educação e mulheres escrita por uma mulher), afirma

descontextualizadamente que o texto apresenta “pesquisa e análise tendenciosas” (03, 2020b) portanto, que não seriam representativas de uma verdade, ou mesmo que os dados apresentados são irrelevantes, ao afirmar que se tratam de “estatísticas...bla...bla...bla” (12, 2017).

A insubmissão feminina, que almeja um lugar autoral para sua fala, parece ser depreciada e colocada em suspeição na atualidade. Portanto, o comportamento feminino atual colide com o imaginário de uma mulher que precisa do aval masculino para pronunciar-se, ou mesmo de uma mulher com supostamente mais direitos do que o necessário: “mas você pode se comportar como um terraplanista, desconsiderando os dados, e fantasiar um mundo que somente é ruim para as santas, imaculadas e puras mulheres!” (04, 2020a). Aqui percebe-se a chacota do comentador, o deboche em razão da busca de um direito, minimizando o debate e colocando em dúvida possíveis denúncias em relação a condição feminina.

Tal categoria da ‘verdade’ incide sobre outro aspecto fulcral: o papel reservado à mulher na sociedade, ou os comportamentos e posicionamentos esperados. Em comentários acerca do direito à educação para mulheres, comentadores (sempre perfis identificados como masculinos) insistem em informar que as reivindicações não são justas, pois supostamente as mulheres “não querem igualdade, só querem direitos e mais direitos” (12, 2020b), ainda “no Brasil, comprovadamente, as mulheres têm mais escolaridade que os homens, têm políticas e leis exclusivas para elas, têm hospitais exclusivos e mais um montão de benefícios e essas *feminazis* ainda têm coragem de falar em ‘desigualdade’!” (4, 2017), ou ainda que “querem mais direitos que os homens” (13, 2020a) e, nessa disputa por direitos que, supostamente, não lhes seriam dirigidos, “a meritocracia foi colocada no lixo, querem tudo na base do grito” (04, 2018b).

Ainda, nessa direção, um dos escólios mais raivosos vem de um comentador com perfil identificado como masculino, acerca de uma reportagem sobre leis que promovam a igualdade de gênero (incluindo o acesso à educação) e o fim da violência doméstica:

Eu sempre digo que basta a mulher pagar as contas e, quando casada, pagar a metade das despesas que não tem esse mi-mi-mi, mulher é muito vítima quando apanha, mas não é mulher quando bate agride.... a melhor forma de convivência entre homem e mulher é cada um na sua, pior m* [linguagem grosseira] que um homem faz é sustentar k* [expressão popular para prostituta] e ainda aturar humilhação da v* [linguagem grosseira e obscena] (02, 2021a).

Diante da rudeza de tal comentário, carregado de ódio e simbologias acerca do feminino, é significativo lembrar que...

A sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa, enfim, do racional. Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e consequências, que não eram nem visadas nem previstas (CASTORIADIS, 2010, p. 152).

Ou seja, os comentários e seus comentadores são sincrônicos e, de certa forma, reverberam concepções vigentes na sociedade e que são, em maior ou menor grau, aceitas como naturais. Os discursos de ódio à educação de mulheres (e ao conseqüente e atrelado debate acerca de seus direitos) não pode ser descolado de certa naturalidade com a qual a sociedade contemporânea compreende – e tolera – afirmações como as vinculadas ilustrativamente no presente texto.

Por outro lado, é importante considerar que, no imaginário social...

aparecem crenças e fantasias, desejos e necessidades, sonhos e interesses, raciocínios e intuições: uma gama de elementos fundantes do processo de simbolização. O Imaginário Social não é, pois, reflexo da realidade: é seu fragmento. Como um amálgama, ele institui, histórica e culturalmente, o conjunto das interpretações, das experiências individuais, vividas e construídas coletivamente (FERREIRA; EIZIRIK, 1994, p. 7).

Assim, os discursos de ódio, intolerância, desrespeito e deslegitimação do direito feminino à educação evocam fragmentos de uma realidade circulante que, para alguns sujeitos, é tomada a partir de suas experiências idiossincráticas como uma verdade coletiva.

Por fim, sublinha-se, nos limites de construção o presente texto, que há nos comentários que compõem o corpus empírico, certa tendência a anotações acerca de temas ou citações periféricas das/nas reportagens, evidenciando perspectivas de interpretação. Exemplarmente, em uma reportagem sobre a posição do Brasil em pesquisa internacional relacionada à desigualdade de gênero (e a educação de mulheres), um comentador refere que “grande parte da população feminina trabalha sem remuneração, direitos trabalhistas ou carteira assinada, mas que são essenciais. São as mulheres que se dedicam a cuidar do lar, dos filhos e do marido” (02, 2021b).

Na mesma lógica de retirar o foco do ponto central, há um comentário a uma reportagem sobre a educação feminina no Afeganistão, onde um comentarista com perfil identificado como masculino informa que “eu não estou nem aí para as questões femininas. Depois que conhecer o feminismo, não há razão lógica para um homem se preocupar com assuntos de mulheres” (03, 2021c).

Essas interpretações periféricas ou de desdém – que tendem a conduzir o debate para argumentos distorcidos ou alheios ao tema central -, evidenciam que “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados” (CHARTIER, 1990, p. 17).

De tal modo, os discursos de ódio registrados nos produtos midiáticos acerca da educação de mulheres, além de minimizar o debate tentando atribuir às mulheres o espaço doméstico como ‘natural’ (o que faria com que a escola e a educação fossem supérfluos ou ornamentais para o feminino), também recorrem a outras duas estratégias: desacreditar o tema através do questionamento à verdade expressa nas reportagens e conduzir o debate a assuntos periféricos ou ao desprezo, desvirtuando e inviabilizando uma interpretação e discussão mais densas e efetivas sobre os temas tratados.

Considerações finais

Para construção dos argumentos acerca das representações atuais sobre a educação feminina e dos discursos de ódio a ela voltados, o texto foi aportado em uma metodologia analítico-reconstrutiva, estruturada a partir da revisão bibliográfica e emoldurado pela descrição e ilustração de formas atuais de imaginário em relação à mulher, capturadas de reportagens contemporâneas que mencionam a formação de mulheres nos tempos atuais.

Considerando um espaço interessante para manifestação do imaginário acerca da educação de mulheres e das representações oriundas desse imaginário, o texto assumiu análises sobre os comentários do leitor em um conjunto de 12 (doze) reportagens que se enquadravam nos seguintes delimitadores: acesso aberto dos produtos midiáticos; seção de comentários visível a todos os leitores; tema central ou periférico associado a educação de mulheres e, por fim, o recorte temporal de 2017 a 2021.

Sobre as reportagens, há duas conclusões de forma que ficam evidentes em um primeiro olhar. De um lado, a escassez de reportagens sobre o recorte específico da educação de mulheres. De outro, um surpreendente e curioso dado: a imensa maioria dos comentários sobre a educação de mulheres é realizada por perfis masculinos. Dos 168 comentários públicos em reportagens sobre a educação de mulheres, 152 comentários foram realizados por comentadores que apresentavam perfis masculinos (nomes masculinos na identificação de usuário).

Já, em uma análise do conteúdo das manifestações dos leitores comentadores, chegamos a dois aspectos mais pronunciados no imaginário coevo, dentro do estrito recorte proposto, no que concerne a educação de mulheres: a) o espaço doméstico como espaço feminino e, b) a mulher e o direito a verdade. Subsidiariamente, chegamos, ainda, à conclusão de que uma das estratégias utilizadas para mitigar o debate – pelos discursos de ódio pronunciados – é a tentativa de levar a interpretação da reportagem para questões periféricas ou, por vezes, nem presentes no debate instaurado pelo texto da reportagem apresentada.

Isso porque as representações que forjam o imaginário social são palco de uma disputa acerca de sua legitimidade e das narrativas produzidas. Ou seja, ao minimizar o debate, fortalecer discursos de ódio sobre mulheres, os comentaristas estão apenas demonstrando aspectos de uma representação cuja legitimidade parece grassar, contemporaneamente, uma vez que é “do crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo” (CHARTIER, 2002, p. 172).

Ou seja, os comentadores e os consequentes comentários são históricos, partícipes de narrativas que em disputa que, legitimadas por determinados grupos sociais, se entrelaçam ao imaginário, nele atuando e produzindo representações que vigem na sociedade, como os discursos de ódio à educação de mulheres e ao consequente atrelamento do debate acerca de direitos sociais.

Concluimos pela presença, ainda que condensada aos limites estruturais e metodológicos do presente texto, de elementos do imaginário ou das representações acerca da educação de mulheres no mundo contemporâneo sustentando discursos de ódio em relação ao feminino que, em alguns aspectos, fornecem fortes indícios de concepções que tratam a mulher como atrelada ao espaço doméstico e portadora de uma verdade sempre questionável e incompleta, portanto, deslegitimada, inclusive quando fala sobre sua própria educação.

AGRADECIMENTOS: agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento à pesquisa em tela.

Referências

CASSIRER, E. *Ensaio Sobre o Homem*. Uma Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2010.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28. (Coleção Memória e Sociedade).

FERREIRA, N.; EIZIRIK, M. Educação e imaginário social: revendo a escola. *Em Aberto*, Brasília, DF, ano 14, n. 61, p. 5-14, jan./mar. 1994.

LE GOFF, J. *O Imaginário Medieval*. [S. l.]: Estampa, 1994. (Coleção Nova História).

LISPECTOR, C. Os desastres de Sofia. In: LISPECTOR, C. *A Legião Estrangeira – contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 11-26.

The education of women and the contemporary imaginary

Abstract: The text points out research results that examined some of the (many) hate speeches currently publicized by social networks, pointing out contemporary representations about female education. The text was based on an analytical-reconstructive methodology, structured by the description and illustration of current forms of imaginary in relation to women, captured from reports that mention female education in current times. To this end, an empirical corpus of 12 (twelve) reports published between 2017 and 2021 was constituted, highlighting the reader's comments produced for each of the reports. The text is guided by a critical theoretical orientation, in dialogue with authors who discuss the imaginary, such as Castoriadis (2010); Chartier (1990, 2002) and Cassirer (2001). From the research findings, we highlight the representation of manifestations of hatred specific to female education, revealing understandings and imaginaries about women, their rights and the education processes destined for them from two pronounced aspects: a) the domestic space as a space feminine and b) the woman and the right to the truth. We conclude by the presence, even if condensed

within the methodological limits of the present text, of elements of the imaginary or representations about the education of women in the contemporary world that, in fact, indicate hate speeches against women, their rights and education processes destined for her.

Keywords: Women's education; Hate speeches; Imaginary.

Recebido em: 8 de janeiro de 2022.

Aceito em: 17 maio 2022.